

a categoria de que o candidato é titular, a existência e a natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as avaliações de desempenho nos anos relevantes para efeitos de concurso;

e) Requerimento dirigido ao júri do concurso, a efectuar apenas pelos candidatos que não tenham sido objecto de avaliação de desempenho no(s) ano(s) relevante(s) para o concurso, solicitando, ao abrigo do artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, suprimento da avaliação de desempenho relativamente ao(s) período(s) em falta, através de ponderação curricular, nos termos do artigo 19.º do mesmo diploma.

9 — Aos candidatos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional é dispensada a apresentação dos documentos comprovativos que se encontrem arquivados no respectivo processo individual, cabendo à Secção de Pessoal a sua remessa oficiosa ao júri do concurso.

10 — A não apresentação do documento referido na alínea d) do n.º 8 deste aviso determina a exclusão do concurso.

11 — A relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas na Repartição de Administração Geral da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.

12 — Composição do júri:

Presidente — João Manuel Vargas Inácio, director de serviços da DSAFP.

Vogais efectivos:

Teresa Maria dos Santos Silva Martins, assessora principal, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos.

Maria Teresa Rebelo Teixeira, assessora principal.

Vogais suplentes:

Maria Helena Figueiras Guimarães, técnica superior de 2.ª classe.  
Lídia dos Anjos Rodrigues Cardoso de Matos, chefe de secção.

13 — «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.» (Despacho conjunto n.º 373/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000).

5 de Junho de 2007. — O Secretário-Geral, *Luís Augusto Sequeira*.

#### Despacho n.º 14 894/2007

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo de chefe de divisão de Orçamento do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, criado pelo Decreto Regulamentar n.º 14/95, de 23 de Maio, no jornal *Diário de Notícias*, no *Diário da República* e na bolsa de emprego público.

Decorreram as operações de selecção, a cargo do júri, de acordo com os métodos de selecção então publicitados na bolsa de emprego público.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, propôs o júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar o cargo a concurso a candidata Maria Isabel Duarte Carregado.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo júri na acta final que integra o procedimento concursal e que resultam, designadamente, da fórmula que traduz a aplicação dos métodos de selecção aos factos apurados, considero que a referida candidata possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no aviso de abertura do concurso.

Assim:

1 — Aceitando a proposta do júri, nomeio para o cargo de chefe de divisão de Orçamento do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional a licenciada Maria Isabel Duarte Carregado, em comissão de serviço e pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a nomeada pode optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de Junho de 2007.

11 de Junho de 2007. — O Secretário-Geral, *Luís Augusto Sequeira*.

#### Síntese curricular

Nome — Maria Isabel Duarte Carregado.

Data de nascimento — 29 de Agosto de 1953.

Naturalidade — Lisboa.

Formação académica:

Licenciatura em Economia (vertente Finanças Públicas), pelo Instituto Superior de Economia, em 1982;

Pós-graduação em Administração e Políticas Públicas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, em 2000 (a decorrer actualmente a elaboração da tese de mestrado).

Formação complementar:

Seminário de alta direcção (INA) — 2004;

Avaliação de desempenho (MF) — 2004;

O orçamento como instrumento de gestão nos serviços públicos (INA) — 2001;

Direito da função pública (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) — 2001;

The European Administrative and Policy Systems (European Institute of Public Administration — Maastricht) — 2000.

Actividade profissional — principais funções exercidas:

Técnica superior da Direcção-Geral de Administração e Emprego Público, desde Maio de 2006, desenvolvendo actividades na área de metodologias de apoio à definição de objectivos e indicadores de gestão para a Administração Pública;

Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Financeiros da Direcção-Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais, do Ministério das Finanças e Administração Pública, desde Outubro de 2000, destacando-se as actividades desenvolvidas com a implementação do sistema de recursos humanos (SHR) e com a integração no sistema de informação contabilística (SIC). Participação num projecto piloto do Ministério das Finanças, em parceria com uma consultora externa, com vista à aplicação do *activity based budget* (ABB) à Direcção-Geral. Negociação e implementação de um protocolo com a DGITA a fim de adoptar o sistema de geração documental (SGD). Funções na área de coordenação, planeamento e controlo de execução orçamental. Implementação do SIADAP;

Técnica superior do Instituto de Meteorologia desde 1999, liderando um projecto destinado à delimitação de estratégias de *marketing* com o objectivo de maximizar as receitas próprias do Instituto;

Chefe de divisão de Turismo Social do INATEL desde 1996, desenvolvendo actividades na área da gestão administrativa e financeira, nomeadamente no âmbito do controlo da execução dos planos de actividade, da elaboração de relatórios de acompanhamento e da administração e gestão dos recursos financeiros, humanos e materiais afectos à unidade orgânica;

Consultora económica da CAM (Companhia do Aeroporto Internacional de Macau, S. A. R. L.), desde 1994, no ex-Território de Macau, monitorizando, na vertente financeira, o contrato de concessão de exploração dos serviços do Aeroporto Internacional de Macau à ANA — Portugal;

Chefe de departamento de Contabilidade Pública, desde 1992, nos Serviços de Finanças de Macau;

Chefe de divisão de Orçamento e Contas Públicas, nos Serviços de Finanças de Macau desde 1989, desenvolvendo actividade nas áreas de elaboração, controlo e execução orçamental, acompanhamento da gestão orçamental dos serviços e fundos autónomos e elaboração das contas de gerência do território;

Técnica superior, desde 1986, na Direcção de Estatísticas e Censos e nos Serviços de Finanças de Macau, desenvolvendo, respectivamente, trabalhos no âmbito das metodologias relativas ao cálculo dos agregados do PIB e estudos de finanças públicas com vista à preparação de programas e políticas orçamentais do Governo do Território de Macau;

Ingresso, em 1975, no Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Finanças, tendo sido nomeada técnica superior em 1983. Responsável pelo tratamento da documentação económica e estatística e pelo acompanhamento da transposição para Portugal do direito derivado comunitário no âmbito das finanças públicas.

Outras actividades relevantes:

Monitora de cursos de formação de contabilidade pública e preparação, execução e controlo orçamental, dirigidos a técnicos e dirigentes da Administração Pública de Macau;

Docência das cadeiras de Introdução às Finanças e Sistema Económico-Financeiro de Macau no Instituto Politécnico de Macau.

#### Despacho n.º 14 895/2007

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de